

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-16

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Marques Alves, P. & Levezinho, C. (2016). A presença dos sindicatos da saúde na Internet. *Organizações e Trabalho*. 43-44, 99-113

Further information on publisher's website:

<http://www.apsiot.pt>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Marques Alves, P. & Levezinho, C. (2016). A presença dos sindicatos da saúde na Internet. *Organizações e Trabalho*. 43-44, 99-113. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Título: A presença dos sindicatos da saúde na Internet

Resumo:

Os movimentos sindicais dos países capitalistas mais desenvolvidos vêm enfrentando uma crise profunda desde a década de 70 do século passado. Para se revitalizarem, vêm empreendendo um conjunto de ações, entre as quais a utilização da Internet. Neste artigo analisamos os sítios oficiais dos sindicatos da saúde na Internet, com o intuito de compreender se eles estão a retirar todas as potencialidades que a rede oferece, nomeadamente no atinente ao incremento dos níveis de transparência e à promoção de oportunidades efetivas de participação, pilares essenciais da democracia organizacional. Demonstraremos que tal não sucede, dado o seu carácter estático e oficialista e a interatividade reduzida. Concluimos estarmos perante uma oportunidade desperdiçada de fortalecimento do sindicalismo

Palavras-chave: Crise do sindicalismo; revitalização; sindicatos da saúde; Internet

1. Introdução

Os movimentos sindicais dos países capitalistas mais desenvolvidos vêm enfrentando uma crise profunda desde a década de 70 do século passado. A crise traduz-se no refluxo do número de aderentes, manifestado pelo decréscimo das taxas de sindicalização e numa perda de influência social e política (Visser, 1996), revelada pelo decréscimo do número de indivíduos dispostos a militar; pela quebra dos níveis de mobilização; pela procura de outras formas organizativas; pela desativação de estruturas sindicais e a inoperacionalidade de outras; pelo aparecimento de movimentos grevistas fora do quadro sindical, como sucedeu com a onda de “greves selvagens” que atravessou a Europa nos finais da década de 60 e no início da de 70; pela perda de poder sindical na negociação coletiva; etc..

As causas desta crise são múltiplas, nelas se mesclando fatores exógenos ao movimento sindical, com outros que lhe são endógenos e que têm que ver com o modo como os sindicatos se estruturaram.

Tentando ultrapassar estes “tempos difíceis” (Chaison, 1996), os vários movimentos sindicais a nível nacional ou à escala planetária têm vindo a implementar ações diversificadas visando a sua revitalização (Frege e Kelly, 2003), contando-se entre elas o recurso às TIC e à Internet.

Os sindicatos podem utilizar a Internet com vários objetivos. Será nosso propósito situar a presença na Internet dos sindicatos com jurisdição na saúde. Analisaremos os seus sítios oficiais com o intuito de compreender se estão a retirar todas as potencialidades que a rede oferece, nomeadamente no que se refere ao

incremento dos níveis de transparência e à promoção de oportunidades efetivas de participação. Estes são fatores cruciais que contribuem para fazer crescer o grau de confiança e de credibilidade dos sócios e potenciais associados e para aprofundar a democracia interna concorrendo, por conseguinte, para a revitalização do sindicalismo.

Demonstraremos que atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os sítios destes sindicatos, isso não sucede, pelo que concluímos estarmos perante uma oportunidade desperdiçada de fortalecimento do sindicalismo através da utilização de meios que possibilitam o aprofundamento das formas democráticas de governo associativo.

2. Burocracia, oligarquia, democracia

O sindicalismo atravessa a sua maior crise desde a II Guerra Mundial. Analisando a evolução da sindicalização a nível agregado nos vários polos do sistema capitalista mundial entre 1960 e 2011 (ICTWSS, 2013), verificamos a existência de uma tendência convergente no sentido do refluxo das taxas de sindicalização. No entanto, esta regressão é desigual, porque ocorre segundo ritmos e intensidades muito distintas, e também contraditória, pois diversos movimentos sindicais não só conseguiram resistir melhor e até mesmo crescer (Noruega: -9,0%; Suécia: -4,4%; Finlândia: 116,3%) enquanto outros se afundavam (Nova Zelândia: -70,0%; Austrália: -63,9%; EUA: -63,4%; França: -59,6% ou Áustria: -59,1%). Um outro dado revelador diz-nos que em 2010 o número de sindicalizados no Reino Unido (7 261 milhões) se encontrava ao mesmo nível de 1919 ou de 1941 e era cerca de metade do valor registado em 1979 (13 212 milhões) (DBI&S, 2015).

O carácter contraditório da crise ressalta igualmente quando se analisam os dados a nível desagregado, sempre que tal se torna possível. Efetivamente, a crise atinge mais fortemente determinados ramos do setor privado do que outros e afeta sobremaneira o conjunto deste setor por comparação com o setor público, conforme evidenciam os dados disponíveis para o Reino Unido (DBI&S, 2015) e para os EUA (Hirsch e Macpherson, 2015).

A crise sindical tem sido objeto de várias explicações. Dois paradigmas têm hegemonizado a explicação, colocando o acento tónico num conjunto de causas externas ao movimento. O primeiro, que se filia na teoria dos ciclos económicos, sustenta a

existência de padrões regulares de crescimento e de declínio das taxas de sindicalização que acompanham, respetivamente, as fases de prosperidade e de depressão económica. O segundo assume que a regressão nos níveis de sindicalização é resultado das mudanças que têm vindo a ocorrer nas estruturas, económica, social, política e ideológica.

Mas a crise terá também muito de endógeno ao sindicalismo, isto é, existem fatores inerentes ao modo como os sindicatos se organizam que nela desempenharão um papel importante, fazendo-se sentir com mais intensidade em alguns países do que noutros. Segundo Ebbinghaus e Visser (2000), tratar-se-á de um défice de capacidade de adaptação e de inovação dos sindicatos e dos seus dirigentes, dada a adoção de um modelo burocrático de organização, a que se junta a divisão/fragmentação do movimento por motivos políticos, confessionais ou de estatutos e o desinteresse manifestado em organizar os que se encontram excluídos do mercado de trabalho.

Uma terceira explicação acentua assim a importância de fatores como a burocratização e a politização do movimento sindical. Vão nesse sentido os trabalhos de Labbé e da sua equipa realizados em França (Labbé, 1994; Bevort e Labbé, 1992; Labbé e Bevort, 1989; Labbé e Croisat, 1992, entre outros). Partindo da constatação de que o movimento sindical francês se afundou profundamente, sofrendo uma enorme hemorragia de efetivos, praticamente sem paralelo na Europa, estes autores sublinham que ele tem estado submetido às mesmas forças económicas que os seus congéneres, bem como a semelhantes mudanças sociais e culturais, não tendo conhecido inclusivamente uma evolução tão desfavorável do quadro legal que regula a ação sindical, como sucedeu nos países anglo-saxónicos.

A principal explicação terá que ser encontrada nos aspetos organizacionais. Num dos estudos que efetuaram, onde foram inquiridos ex-sindicalizados da CFDT, concluiu-se que em 40,0% dos casos tinham sido os trabalhadores a abandonar a organização devido ao desacordo face à divisão e à politização sindical, enquanto pouco mais de um terço sentia que o sindicato os tinha abandonado: as quotas haviam deixado de ser cobradas; a secção sindical de empresa havia deixado de funcionar, ninguém atendia o telefone ou abria a porta na sede local do sindicato, etc.. Tudo expressões do abandono de um sindicalismo de base que se alicerçava numa rede de militantes benévolos eleitos nos locais de trabalho e que desenvolviam a atividade sindical nas empresas, em detrimento do aprofundamento da centralização e da burocratização

sindical. Os sindicatos passaram assim a confundir-se com uma *élite gestionnaire* composta por um pequeno grupo de permanentes, que reforçam o seu poder, a cujo estatuto se acede por cooptação e que mantém relações de distanciamento com os trabalhadores, enfatizando os mecanismos de representação.

Já no século XIX e nos primórdios do século XX autores tão distintos entre si como Marx, Lenine, Trotsky, Gramsci, os esposos Webb, Weber ou Michels reflectiram sobre a organização sindical e/ou sobre as suas lideranças, delas desconfiando particularmente.

Sydney e Beatrice Webb (1977 [1894]) foram os primeiros a fornecer alguns apontamentos importantes sobre o modelo organizativo dos sindicatos e as formas de governo associativo, mas dois outros autores clássicos assumem uma maior relevância neste capítulo, tendo legado importantes contributos ao património sociológico: Max Weber, com a análise do “fenómeno burocrático” (Weber, 2004 [1919-1922]) e Robert Michels, com a “lei de ferro da oligarquia” (Michels, 1961 [1910]), ainda que nem um nem o outro se tenham centrado especificamente na organização sindical.

Do conjunto das suas obras parece ressaltar que burocracia e oligarquia, de um lado, e democracia, de outro, serão incompatíveis.

A problemática da democracia organizacional foi introduzida na década de 50 do século passado por Gouldner (1955), que sustentou que se nas organizações existia uma “lei de ferro da oligarquia” também existia uma “lei de ferro da democracia” agindo como contracorrente, a qual se basearia num compromisso envolvendo o controlo democrático das lideranças e a possibilidade de participação por parte de todos os membros na tomada de decisões. Mas é sobretudo na sequência do estudo seminal de Lipset e seus colegas realizado na *International Typographical Union* (Lipset *et al*, 1956) que o debate no seio das ciências sociais sobre a democracia nos sindicatos se inicia verdadeiramente. Vários estudos são dados à estampa evidenciando a existência de determinados mecanismos que podem contrariar a tendência apresentada como inexorável desde Michels e concluindo que a democracia sindical pode ser uma realidade. Mais recentemente, Morris e Fosh (2000) recensearam quatro modelos de democracia sindical que, embora centrados na realidade do Reino Unido, possuem, pelo menos em parte, valor heurístico para outras latitudes: *liberal pluralism*, *grass roots activism*, *consumer trade unionism* e *individual accountability*. Os dois primeiros correspondem aos modelos alternativos tradicionais de democracia política, a

democracia representativa e a democracia direta ou participativa. Os dois últimos são duas formas mais recentes e que se prendem, no primeiro caso, com o acréscimo do sindicalismo de serviços e, no segundo, com as imposições legislativas do governo Thatcher.

Apesar destes e de outros trabalhos, os debates científicos contemporâneos sobre a organização sindical têm sido fortemente influenciados pelas teorias da burocracia e da oligarquia, ainda que estes conceitos nem sempre sejam apresentados com um sentido claro e consistente, como sublinham Albrow (1970) ou Fosh e Heery (1990), sobre a burocracia, e Edelstein e Warner (1979), sobre a oligarquia.

No domínio das análises orientadas pelas teses da burocracia, a pesquisa clássica de Donaldson e Warner (1973), envolvendo sete estudos de caso (seis em sindicatos e um numa associação profissional), concluiu que a especialização, a standardização, a formalização e o número de níveis hierárquicos são uma característica dos sindicatos, estando positivamente correlacionados com a sua dimensão: quanto maior esta for, maior incidência estes aspetos assumem. Como conclusão mais geral, os autores afirmam que os grupos de interesse têm tendência para serem mais centralizados do que as organizações empresariais.

Ainda que não refletindo propriamente sobre os sindicatos, mas sobre o movimento associativo em geral, as obras clássicas de Meister (1972, 1974) sustentam, entre outras questões relevantes, a tese de que acompanhando o crescimento em dimensão das associações a indiferenciação desaparece e as práticas de democracia direta e de intensa participação dos associados vão decrescendo, florescendo simultaneamente a institucionalização, a democracia delegada, os elementos burocráticos (corpo de funcionários; definição precisa de funções e especialização de tarefas; hierarquia de autoridade; regulação da conduta dos funcionários segundo normas estritas escritas; etc.) e os elementos oligárquicos (aparecimento de lideranças que se perpetuam no poder; conflitos de interesses entre associados e dirigentes; passividade dos membros; etc.).

Por outro lado, uma variante da tese oligárquica aborda os sindicatos enquanto *poliarquias* (Banks, 1974; Crouch, 1982; James, 1984). A sua proposição básica é que os sindicatos são compostos por vários grupos com interesses diversos que se encontram em conflito permanente, ainda que estabeleçam alguns períodos de armistício. Conflito em torno da conquista do poder (Banks), para poder perseguir os

objetivos específicos de grupo; sobre os recursos materiais (Crouch); ou pelo controlo da tomada de decisão (James).

Concluindo, o que poderemos encontrar na realidade é a existência de uma diversidade de características organizacionais e de modos de ação dos dirigentes, com as associações em geral, e os sindicatos em particular, a viverem internamente numa permanente tensão entre os princípios democráticos, envolvendo mobilização, participação e controlo, e os princípios burocráticos e oligárquicos, significando apatia, afastamento, centralização de decisões, institucionalização, etc., com uns princípios a sobreporem-se aos outros consoante as conjunturas.

Face à situação de crise, e com o objetivo de a ultrapassar e de se revitalizar, o movimento sindical vem empreendendo diversas ações. Entre elas contam-se as que visam reforçar a sua força coletiva através da atração de novos associados; os processos de adaptação estrutural manifestados por uma vaga de fusões sem precedentes; o reforço e a interligação da ação sindical a todos os níveis; a construção de alianças com outros movimentos sociais; a implementação de novas agendas reivindicativas; a renovação das lideranças e a utilização das TIC e da Internet.

Embora só tardiamente tenham reconhecido o potencial das TIC e da Internet e adotado estas tecnologias, conforme sublinha o *Ad-Hoc Committee on Labor and the Web* (1999), elas encontram-se hoje amplamente disseminadas no mundo sindical, existindo na comunidade científica um largo consenso sobre a relevância da sua utilização. Por exemplo, Fiorito *et al* (2002) demonstram o seu impacto muito positivo nas questões organizativas, sendo mais débil em termos da eficácia geral.

A Internet pode dar um importante contributo em vários domínios, como sejam: a livre difusão dos pontos de vista do sindicato sem qualquer tipo de mediação ou constrangimento (*Ad Hoc Committee*, 1999; Darlington, 2000); a pesquisa de informação (Fiorito *et al*, 2000); o reforço dos serviços prestados (*Ad Hoc Committee*, 1999; Darlington, 2000) e o proporcionar de outros novos, como a educação e a formação através de plataformas de *e-learning* (Sawchuck, 2001; Bélanger, 2006); o recrutamento de novos associados; a organização de trabalhadores em empresas com políticas antissindicais ou de trabalhadores que não se fixam num determinado ramo de atividade económica (Dolvik, 2002); a mobilização dos trabalhadores para a ação coletiva; a possibilidade de ganhar a opinião pública para o apoio aos sindicatos e aos trabalhadores durante os conflitos de trabalho (Diamond e Freeman, 2002); o

lançamento de pontes entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, reforçando a *solidarité externe* (Lévesque e Murray, 2003) e o incremento da coordenação e da solidariedade no interior dos movimentos sindicais nacionais ou entre os vários movimentos sindicais à escala global (Lee, 1997; Darlington, 2000).

Mas é na possibilidade de desburocratização e de aprofundamento da democracia sindical, ao contribuírem para fomentar a transparência e a participação, que alguns autores veem um contributo essencial da Internet (Diamond e Freeman, 2002; Greer, 2002). Defende-se que com ela será possível quebrar a “lei de ferro da oligarquia”, ao propiciar uma espécie de *democracia eletrónica* que, entre outros aspetos, passa pela utilização das redes sociais *online* ou pela possibilidade de criação de páginas dinamizadas por quem se opõe às lideranças sindicais. A estas não restará outra alternativa senão divulgar informação pertinente sobre o governo dos sindicatos, consultar os aderentes antes da tomada de decisões importantes, implementar ferramentas de comunicação bidirecionais, como os *fora* ou, inclusivamente, o voto eletrónico.

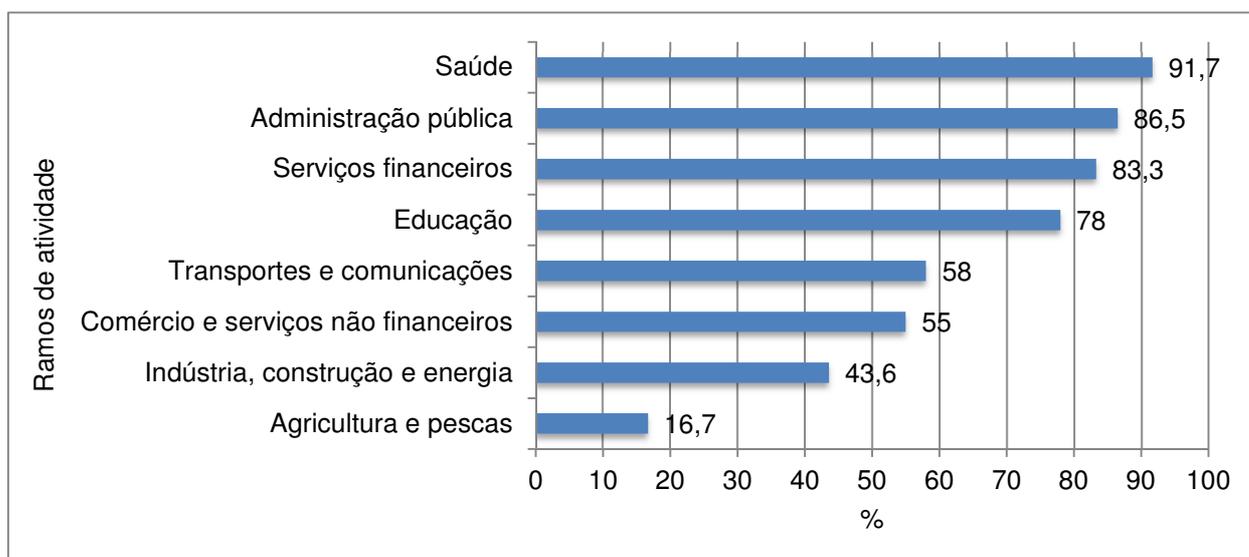
Alguns autores chegam mesmo a defender que as TIC, sobretudo com o recurso à Internet, contribuem para uma transformação qualitativa dos sindicatos. Novas formas sindicais estarão a emergir, as quais são designadas por *cyberunions* (Shostak, 2002), *e-unions* (Darlington, 2000), *open-source unionism* (Freeman e Rogers, 2002), ou *sindicalismo 2.0* (Gutiérrez-Rubi, 2009).

3. Metodologia

As TIC e a Internet encontram-se amplamente difundidas no movimento sindical português. No entanto, no que respeita à presença na rede, verificam-se algumas assimetrias relevantes que importa reter. Por exemplo, em 2011, somente 36,4% das uniões distritais estavam nela presentes, atingindo-se os 83,3% entre as confederações. No atinente aos sindicatos, a proporção era de 64,1% e nas federações de 48,0% (Alves *et al*, 2011).

No caso dos sindicatos, a presença variava fortemente consoante os ramos de atividade, indo dos 16,7% no setor primário aos 91,7% na saúde (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Presença dos sindicatos portugueses na Internet, segundo o ramo de atividade económica, em 2011 (%)



Fonte: Base de dados das organizações sindicais portuguesas

A distinta composição social dos trabalhadores, os seus níveis diferenciados de literacia digital, os diferentes perfis dos dirigentes sindicais e suas estratégias, assim como o nível de recursos dos sindicatos, em particular os financeiros, são provavelmente os principais fatores que explicam estas assimetrias.

A seleção do ramo da saúde como campo empírico teve por base dois critérios. Por um lado, por se tratar do ramo onde se verifica a maior proporção de sindicatos com presença na Internet. Por outro, por nele exercerem atividade trabalhadores com níveis de qualificação elevados, pelo que é exetável que o *digital divide* se coloque de uma forma mais mitigada do que noutros ramos.

Como o sistema sindical na saúde se encontra fortemente *balcanizado* de acordo com as diferentes profissões, procedemos à análise dos sítios na Internet de quinze sindicatos de profissão, sendo cinco de médicos e farmacêuticos (SIM, SMZC, SMZS, SMN, SNF), três de enfermeiros (SEP, SERAM, SIPE), seis de técnicos de diagnóstico e terapêutica (SFP, SIMAC, SINDITE, STAE, STSS e SIFAP, tendo este último jurisdição também entre os profissionais de farmácia e os trabalhadores de todas as categorias profissionais que laboram em consultórios e laboratórios). Foi ainda analisado o sítio do SINPROFARM, que pretende organizar os técnicos de farmácia. Em contrapartida, não analisámos os sítios dos sindicatos verticais da administração pública, que também representam trabalhadores no ramo da saúde.

A análise a que procedemos foi realizada tendo por base três dimensões – *conteúdo, interatividade e usabilidade* –, cada uma delas comportando várias sub-dimensões. Para este texto retivemos fundamentalmente as sub-dimensões *governo organizacional, formas de contacto e funcionalidades de participação*, a primeira relativa à dimensão *conteúdo* e as duas restantes à dimensão *interatividade*.

4. Os sítios na Internet dos sindicatos da saúde

Como referimos, a *transparência organizacional* e a *participação* de todos os membros de uma organização constituem dois pilares essenciais de uma democracia organizacional que se pretende ampla, no sentido de se basear no exercício de uma cidadania promotora da tomada coletiva de decisões.

No que ao primeiro pilar diz respeito, podemos definir o conceito de *transparência organizacional* como consistindo na “*existência de políticas, padrões e procedimentos que visam fornecer aos interessados informações sobre a organização segundo características gerais de acesso, uso, qualidade do conteúdo, entendimento e auditabilidade*” (Cappelli e Leite, 2008).

A transparência na vida interna de qualquer organização é essencial. E a Internet constitui um excelente canal através do qual os sindicatos podem dar a conhecer, desde logo, as normas que regulam a sua atividade, através da publicitação dos respetivos estatutos; fornecer um conjunto de informações sobre o modo como se processa o seu governo; ou disponibilizar documentação detalhada que permita aos respetivos associados ou potenciais sócios a possibilidade de discutirem e deliberarem de modo informado.

A análise dos sítios oficiais dos sindicatos com jurisdição na saúde permite-nos concluir pela existência de níveis muito baixos de transparência organizacional, que são evidentes no Quadro 1, onde se encontram elencados alguns aspetos fulcrais relativos ao modo como os sindicatos são governados.

Quadro 1 - Proporção de sítios dos sindicatos do setor da saúde que disponibilizam informação relativa ao governo do sindicato (%) em 2014

Informações sobre o governo organizacional	%
Identificação dos pelouros dos membros da direção	26,7
Informação sobre o governo da organização	0,0
Publicitação de assembleias gerais	20,0
Publicitação das reuniões de direção	0,0

Fonte: Base de dados dos sítios Internet dos sindicatos do setor da saúde, 2014

De sublinhar que nenhum dos sítios fornece qualquer informação relacionada com a forma como a organização é governada nem é publicitado o agendamento das reuniões da direção. Em relação às assembleias gerais, apenas um quinto dos sítios publicita a sua realização e somente 26,7% identificam os pelouros que se encontram atribuídos aos membros das direções sindicais.

Encontramos esta mesma tendência quando analisamos a disponibilização de documentos relevantes para o governo associativo, como os que constam do Quadro 2:

Quadro 2 - Proporção de sítios dos sindicatos do setor da saúde que disponibilizam documentos relevantes sobre o governo do sindicato (%) em 2014

Divulgação de documentos relevantes	%
Atas de reuniões de direção	0,0
Atas de assembleias gerais	0,0
Atas dos processos eleitorais	0,0
Programas de ação	13,3
Relatórios de atividades	0,0
Orçamento da organização	0,0
Relatórios e contas	0,0
Estatutos	46,7

Fonte: Base de dados dos sítios Internet dos sindicatos do setor da saúde, 2014

Como se observa, nenhum sindicato publicita atas das assembleias gerais, das reuniões de direção ou dos processos eleitorais. Outros documentos estratégicos estão igualmente ausentes, como sejam o orçamento, os relatórios e contas ou os relatórios de atividades. Só 13,3% dos sindicatos, o que equivale a duas organizações em quinze, disponibilizam os programas de ação propostos pelas listas vencedoras das eleições. Surpreendentemente, os estatutos, a constituição de qualquer organização, surgem apenas em menos de metade (46,7%) dos sítios. Estes dados não podem deixar de indiciar que também neste campo reina a opacidade em detrimento da transparência.

De ressaltar, contudo, que a maioria (60,0%) dos sítios possui área reservada, à qual só os sócios têm acesso, pelo que estes documentos podem estar aí hipoteticamente alojados. Mas se assim for, potenciais associados ficam privados do seu conhecimento.

O segundo pilar fomentador da democracia organizacional é a *participação* de todos os membros na vida associativa e, em particular, nos processos de tomada de decisão. No quadro do conceito amplo de democracia organizacional que defendemos, encaramos esta *participação* como um fator de inclusão que cobre um amplo leque de ações que vão dos processos institucionais (por exemplo, realização de eleições) até práticas formais e informais de discussão e de deliberação.

Como salientámos anteriormente, são vários os autores que evidenciam que à medida que aumenta a dimensão da organização, se tende para a sua burocratização, para a profissionalização dos seus dirigentes, para a delegação, para a centralização na tomada de decisões e para um aumento do *gap* entre as lideranças e as bases, limitando a expressão destas.

Para obviar a esta tendência e promover uma democracia organizacional assente na participação dos associados, a solução reside na abertura de espaços de intervenção que estimulem essa participação, o que poderá ocorrer através de vários canais. A Internet possui um enorme potencial para possibilitar estas oportunidades de participação através das funcionalidades que providencia.

Iniciando a análise pelos canais de comunicação, em particular pelas formas e funcionalidades básicas de contacto, verificamos que todos os sítios disponibilizam um endereço de correio electrónico geral. Já a possibilidade de contacto direto com a direção ou com os departamentos do sindicato através *e-mail* se apresenta mais reduzida, assumindo o mesmo peso relativo de 26,7%. Em relação ao telemóvel, somente 26,7% dos sítios disponibiliza um número geral e 6,7% o relativo a um departamento, no caso o jurídico. Em nenhum encontramos a indicação de um número de telemóvel da direção. Sublinhe-se que a facilidade de contacto com a cúpula associativa constitui um importante contributo para a revitalização do sindicalismo, ao permitir potenciar a ligação com as bases, enquanto se ela não existir tal constitui um fator de desencorajamento da participação. De salientar ainda que somente um pouco mais de metade dos sítios (53,3%) disponibiliza um formulário de contacto para comentários ou sugestões.

No âmbito das funcionalidades de interatividade digital é de realçar que a maioria dos sítios (60,0%) apresenta uma ligação às redes sociais *online*, sendo a restante interatividade diminuta. Apenas 13,3% têm fórum (Figura 1) e *Feeds/RSS*. No sítio do SIPE encontramos a indicação da existência de um blogue, mas este não funciona. Em nenhum caso existe *chat* associado.

Figura 1 – Fórum do STAE

STAE	Tópicos	Mensagens	Última Mensagem
Boas Vindas Moderador: STAE	1	1	580 Jul 12, 2008 8:21 am STAE
Novidades Informação sobre novidades dentro do Sindicato Moderador: STAE	6	6	Qui Ago 05, 2010 7:42 pm STAE
Direcção Zona exclusiva para elementos da Direcção. Moderador: STAE	1	1	580 Jul 12, 2008 1:13 pm ricardo.rocha
Assembleia Geral Zona exclusiva para elementos da Assembleia Geral. Moderador: STAE	0	0	Não há mensagens
Conselho Fiscal Zona exclusiva para elementos do Conselho Fiscal. Moderador: STAE	0	0	Não há mensagens
Conselho de Disciplina Zona exclusiva para elementos do Conselho de Disciplina. Moderador: STAE	0	0	Não há mensagens
Associados			
Comunicação Social Notícias sobre o STAE ou sobre os TAE	30	31	580 Set 20, 2014 8:23 pm STAE
Comunicados	98	98	Qui Nov 19, 2014 2:42 pm STAE
Discussão Zona destinada à discussão de assuntos diversos. Moderador: STAE	3	5	Seg Nov 22, 2012 10:44 am STAE
Eventos Agrupamento de eventos para os associados do STAE. Moderador: STAE	11	14	Seg Nov 12, 2012 5:12 pm STAE
Notícias Notícias internas.	26	28	Qui Jun 26, 2013 6:15 pm STAE
Parcerias Lista de parceiros do STAE, onde os associados têm algumas regalias. Moderador: STAE	14	14	Sex Dez 09, 2011 7:31 pm STAE
Reuniões Resumo das reuniões com parceiros	82	86	Sex Ago 22, 2014 11:13 pm

As possibilidades de comentário e de partilha de informação são muito escassas. O comentário só é permitido em 20,0% dos sítios, sendo que a maioria (13,3%) o torna possível através de uma rede social *online*. Apenas na página do SIM se pode fazê-lo diretamente. Quando analisamos a partilha da informação, verificamos que mais de metade dos sítios (53,3%) possui esta funcionalidade ou através de *e-mail* (26,7%) ou das redes sociais *online* (26,7%) (Figura 2).

Figura 2 – Possibilidade de partilha de informação através da rede social *online* Facebook (SEP)

The screenshot shows the SEP website with a navigation menu on the left listing regions: Açores, Alentejo, Aveiro, Beira-Alta, Castelo Branco, Coimbra, and Faro. The main content area features several news items, including 'Leiria: Comunicação Social - CH Oeste', 'C. Branco: Comunicação Social - ULSCastelo Branco', and 'Santarém: Greve suspensa no CH Médio Tejo'. Each article includes a brief summary and a 'Partilhar' (Share) button with a Facebook icon. On the right side, there is a login section with fields for 'Utilizador' and 'Senha', and a 'Conectar' button. Below the login section, there is a 'CADERNO REIVINDICATIVO' section with the title 'PRINCÍPIOS ENFORMADORES'.

A funcionalidade de realização de sondagens é disponibilizada unicamente no sítio do SINPROFARM (três sondagens realizadas, aparentemente já antigas), enquanto no do SFP existe um questionário *online* sobre condições de trabalho. Em nenhum dos casos se escrutina as políticas dos sindicatos. Por seu lado, o voto electrónico está totalmente ausente. Nenhum sítio permite a sua avaliação e somente um (o do SEP) abre a possibilidade de se avaliar a informação. A faculdade de inserção de artigos de opinião dos sócios restringe-se aos sítios do SIM e do SMZC.

Em síntese, nos sítios dos sindicatos com jurisdição na saúde a comunicação unidireccional predomina de forma esmagadora sobre a bidireccional, aquela que constitui um dos principais fatores de promoção da participação de todos e, por conseguinte, de aprofundamento da democracia organizacional.

5. Conclusão

Por todo o mundo, com particular acuidade em Portugal, os sindicatos chegaram tardiamente à era digital. Contudo, as TIC e a Internet encontram-se hoje amplamente difundidas no movimento sindical português, ainda que se verifiquem as assimetrias que evidenciámos anteriormente. Esse facto não deixa de convocar algumas questões relativas à sua utilização, como sejam as estratégias que lhes subjazem, os objetivos que com elas são prosseguidos ou qual é o nível do seu domínio.

No entanto, acompanhando esta ampla difusão, parece evidenciar-se uma tendência no sentido do movimento sindical não estar a tirar todo o partido das potencialidades da Internet. Esta tendência surge claramente espelhada nos sítios dos sindicatos da saúde. Estes possuem, no essencial, um carácter estático, restringindo-se a um repositório de informação oficial da organização, ao mesmo tempo que predomina fortemente a unidireccionalidade em detrimento de uma bidireccionalidade promotora de participação.

Simultaneamente, a transparência organizacional é praticamente inexistente, dado que os documentos relevantes ou as decisões tomadas nas reuniões dos diversos órgãos aparentemente não são divulgados. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a essas informações por outras vias, os potenciais associados não o têm.

Deste modo, a presença destes sindicatos na Internet através dos seus sítios não está a contribuir para um aprofundamento da participação e da transparência, dois

pilares essenciais da democracia, antes contribuindo para uma perpetuação do fechamento organizacional.

As teses ciberotimistas enfatizam que a profusão da informação disponível na Internet permite um aprofundamento do conhecimento das situações, o que faz crescer a responsabilização dos dirigentes; que a bidireccionalidade possibilita o acréscimo da participação através de funcionalidades como o *e-mail*, as listas de discussão, os *chat* ou os *fora*, etc.; e que a constituição de comunidades virtuais favorece o incremento da discussão e da mobilização.

Ora, contrariamente a estas teses, o que as páginas na Internet dos sindicatos da saúde comprovam é que, como argumentam as concepções ciberpessimistas, se verifica uma extensão do modelo burocrático de organização ao mundo virtual, através do surgimento de uma *infocracia* (Zuurmond, 1994 *apud* Dijk, 2000) assente no reforço dos padrões de comunicação existentes e na mera alteração da forma da sua transmissão, sem que se verifique nem um aumento das oportunidades de debate nem do número de participantes ativos. Assim se refuta o determinismo tecnológico que se encontra subjacente às teses ciberotimistas e se enfatiza a existência de determinados processos sociais, os quais influenciam o modo como os sítios são construídos. Se a Internet disponibiliza, de facto, as ferramentas que poderão proporcionar o aprofundamento da democracia sindical, esta só ocorrerá se as lideranças associativas assim o desejarem, para isso definindo estratégias apropriadas. É que o aprofundamento da democracia representa um desafio para as estruturas de poder instaladas, como muito bem nota Darlington (2000), o que muitos olvidam. Por conseguinte, os sítios são aquilo que os dirigentes das organizações querem que sejam.

A abordagem à Internet destes sindicatos está assim próxima do que Shostak (2002) designa por *Cyber Drift* e não de uma *Cyber Union*, ao constituir uma "*belated response to ICT as instrument (faster, cheaper and further-reaching), not as cyberspace (another kind of space, with unlimited possibilities for international dialogue, creativity and the invention/discovery/development of new values, new attitudes and new dialogues)*" (Waterman, 2001:325).

Será ainda de sublinhar que, no contexto da crise sindical, as TIC em geral e a Internet em particular, por si sós, não constituem uma panaceia para a ultrapassagem da situação. O potencial que estas tecnologias demonstram possuir só se poderá materializar, e elas só poderão contribuir verdadeiramente para a revitalização do

sindicalismo, se o investimento realizado for criativo e se inscrever numa estratégia para fortalecer a organização sindical. Esta deve envolver a promoção da inclusão, da participação e da transparência; o acréscimo da capacidade de representação; a intensificação do recrutamento de novos membros e a presença sindical nos locais de trabalho; o aprofundamento da ligação entre os membros e as suas organizações; a mobilização dos trabalhadores ou o dedicar de atenção por parte dos sindicatos a matérias que extravasam o domínio laboral, numa perspetiva de *sindicalismo de cidadania*. No fundo, isto significa a adoção das tecnologias no quadro de uma estratégia do tipo *organizing* (Heery *et al*, 2003), fator crucial da revitalização sindical.

Se a adoção destas tecnologias não for enquadrada por este modelo, isso pode conduzir inclusivamente a um desinvestimento da presença física do sindicato junto dos trabalhadores, o que acabará por causar certamente mais prejuízos do que os problemas que aparentemente resolverá.

Esta é uma questão que não é sequer referida, muito menos discutida, pelos defensores do *sindicalismo cibernético* que, numa perspetiva acrítica, fascinados pelo *admirável mundo novo* das TIC, consideram poder o *cyberunionism* substituir eficazmente a presença dos sindicatos nos locais de trabalho. As tecnologias, assumindo grande importância, vejam-se os casos das ações de *hacker-activism* ou de mobilização via Internet ou SMS, não pode de modo algum substituir a organização sindical nos locais de trabalho e a comunicação face a face entre esta e os trabalhadores, ainda que possa abrir uma janela de oportunidade importante para a revitalização do movimento sindical. Mas, para que isso suceda, a presença na Internet carece de uma maior aposta na qualidade e na utilização de funcionalidades que permitam o aprofundamento da democracia, estabelecendo entre o sindicalismo e a Internet um ponto de intersecção que beneficie os seus melhores argumentos, mediando tecnologicamente e criando espaços de ação (concreta) e autonomia coletiva orientada para a mudança social.

Glossário de siglas

EUA – Estados Unidos da América

ICT – Information and Communications Technologies

RSS – *Really Simple Syndication*

SEP – Sindicato dos Enfermeiros Portugueses

SERAM – Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira

SFP – Sindicato dos Fisioterapeutas Portugueses

SIFAP – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos

SIMAC – Sindicato Nacional de Massagistas de Recuperação e Cinesioterapeutas

SINDITE – Sindicato dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica

SINPROFARM – Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia
SIPE – Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem
SMZC – Sindicato dos Médicos da Zona Centro
SMN – Sindicato dos Médicos do Norte
SMS – Short Message Service
SMZS – Sindicato dos Médicos da Zona Sul
SNF – Sindicato Nacional dos Farmacêuticos
STAE – Sindicato dos Técnicos de Ambulância de Emergência
STSS – Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica
TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

Bibliografia

Ad Hoc Committee on Labor and the Web (1999), “Why the Internet matters to organized labor”. Disponível em: <http://www.mindopen.com/laborweb>. Consultado em 17 de Maio de 2015.

Albrow, Martin (1970), *Bureaucracy*, Londres, Macmillan.

Alves, Paulo Marques; Correia, Manuel; Areosa, João (2011), “Os sindicatos e as tecnologias. A adoção das TIC pelos sindicatos”, Comunicação apresentada na Conferência *Vias para a Revitalização do Sindicalismo – a Utilização das TIC pelos Sindicatos Portugueses*, Lisboa, ISCTE-IUL.

Gutiérrez-Rubi, Antoni (2009), “Sindicatos y comunicación en tiempos de crisis”, *Revista de la Fundació Rafael Campalans*. Disponível em: www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis. Consultado em 18 de Maio de 2015.

Banks, J. A. (1974), *Trade Unionism*, Londres, Collier-Macmillan.

Bélanger, Marc (2006), *A Case Study of Online Collaborative Learning for Union Staff in Developing Countries*. Disponível em:

www.summit.sfu.ca/system/files/iritems1/7296/etd2694.pdf. Consultado em 17 de Maio de 2015.

Bevort, Antoine ; Labbé, Dominique (1992), *La CFDT: Organisation et Audience depuis 1945*, Paris, La Documentation Française.

Cappelli, Cláudia; Leite, Júlio César Sampaio do Prado (2008), “Transparência de processos organizacionais”. Disponível em:

www.latec.uff.br/transparencia/documentos/anais_transparencia2/T6_0115_0129.pdf. Consultado em 26 de Maio de 2015.

Chaison, Gary (1996), *Union Mergers in Hard Times. The View from Five Countries*, Ithaca, Cornell University Press.

Crouch, Colin (1982), *Trade Unions: the Logic of Collective Action*, Londres, Fontana.

Darlington, Ralph (2000), “The creation of the e-union: the use of ICT by British unions”. Disponível em: www.rogerdarlington.me.uk. Consultado em 18 de Maio de 2015.

- DBI&S, (2015), *Trade Union Membership 2014: Statistical Bulletin*. Disponível em: www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/431564/Trade_Union_Membership_Statistics_2014.pdf. Consultado em 16 de Maio de 2015.
- Diamond, W. J.; Freeman, Richard B. (2002), “Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the Internet for employee organization”, *British Journal of Industrial Relations*, 40 (3): 569-596.
- Dijk, Jan van, “Models of democracy and concepts of communication”, em Kenneth Hacker; Jan van Dijk (eds.) (2000), *Digital Democracy: Issues of Theory and Practice*, Londres, Sage: 30-53.
- Donaldson, Lex; Warner, Malcolm (1973), “Structure of organization in occupational interest associations”, *Human Relations*, 27: 721-738.
- Dolvik, Jon Erik (2002), “Launch of virtual union for «labour market nomads» in Norway”, *Transfer*, 8 (3): 527-528.
- Ebbinghaus, Bernard; Visser, Jelle (eds.) (2000), *Trade Unions in Western Europe since 1945*, Londres, Macmillan.
- Edelstein, David; Warner, Malcolm (1979), *Comparative Union Democracy*, New Brunswick, Transaction Books.
- Fiorito, Jack; Jarley, Paul; Delaney, John T. (2000), “The adoption of Information Technology by US national unions”, *Relations Industrielles*, 55 (3): 447-472.
- Fiorito, Jack; Jarley, Paul; Delaney, John T. (2002), “Information Technology, union organizing, and union effectiveness”, *British Journal of Industrial Relations*, 40 (4): 627-658.
- Fosh, Patricia; Heery, Edmund, “Introduction: whose unions? Power and bureaucracy in the labour movement”, em Patricia Fosh; Edmund Heery (eds.) (1990), *Trade Unions and their Members*, Londres, Macmillan.
- Freeman, Richard B.; Rogers, Joel (2002), “A proposal to American labor”. Disponível em: www.thenation.com/article/proposal-american-labor. Consultado em 15 de Maio de 2015.
- Frege, Carola; Kelly, John (2003), “Union revitalization: strategies in comparative perspective”, *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1): 7-24.
- Gouldner, Alvin (1955), “Metaphysical pathos and the theory of bureaucracy”, *American Political Science Review*, 49 (2):.496-507.
- Greer, Charles R. (2002), “E-voice: how Information Technology is shaping life within unions”, *Journal of Labor Research*, XXIII (2): 215-235.
- Heery, Edmund; Kelly, John; Waddington, Jeremy (2003), “Union revitalization in Britain”, *European Journal of Industrial Relations*, 9 (1): 79-97.
- Hirsch, Barry; Macpherson, David (2015), “Union membership and coverage database from the CPS”. Disponível em: www.unionstats.com. Consultado em 22 de Maio de 2015.
- James, L. (1984,) *Power in a Trade Union*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Labbé, Dominique (1994), "La crise du syndicalisme français", *Revue de l'IRES*, 16: 75-101.
- Labbé, Dominique ; Bevort, Antoine (1989), *La Désyndicalisation. Le Cas de la CFDT*, Grenoble, CERAT.
- Labbé, Dominique ; Croisat, Maurice (1992), *La Fin des Syndicats?*, Paris, L'Harmattan.
- Lee, Eric (1997), *The Labour Movement and the Internet. The New Internationalism*, Londres, Pluto Press.
- Lévesque, Charles ; Murray, Gregor (2003), "Le pouvoir syndical dans l'économie mondiale: clés de lecture pour un renouveau", *La Revue de l'IRES*, 41: 149-176.
- Lipset, Seymour Martin; Trow, Martin; Coleman, James (1956), *Union Democracy: The Internal Politics of the International Typographical Union*, New York, The Free Press.
- Meister, Albert (1972), *Vers une Sociologie des Associations*, Paris, Éditions Ouvrières.
- Meister, Albert (1974), *La Participation dans les Associations*, Paris, Éditions Ouvrières.
- Michels, Robert (1961 [1910]), *Political Parties: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*, New York, Collier Books.
- Morris, Huw; Fosh, Patricia (2000), "Measuring trade union democracy: the case of the UK Civil and Public Services Association", *British Journal of Industrial Relations*, 38 (1): 95-114.
- Sawchuck, Peter (2001), "Online learning for labour movement activists?". Disponível em: <http://home.oise.utoronto.ca/~psawchuck/sawchuckOnlineLearning.pdf>. Consultado em 19 de Maio de 2015.
- Shostak, Arthur (ed.) (2002), *The Cyberunion Handbook. Transforming Labor through Computer Technology*, Armonk (NJ), M.E. Sharpe.
- Visser, Jelle, "Traditions and transitions in industrial relations: a European view", em Joris van Ruysseveldt; Jelle Visser (eds.) (1996), *Industrial Relations in Europe: Traditions and Transitions*, Londres, Sage: 1-41.
- Visser, Jelle, (2013), "ICTWSS: Database on institutional characteristics of trade unions, wage setting, state intervention and social pacts in 34 countries between 1960 and 2012 – version 4". Disponível em: www.uva-aias.net. Consultado em 23 de Maio de 2015.
- Waterman, Peter (2001), "Trade union internationalism in the age of Seattle", *Antipode*, 33 (3): 312-336.
- Weber, Max (2004 [1919-1922]), *Economia e Sociedade*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Webb, Sydney; Webb, Beatrice (1977 [1894]), *The History of Trade Unionism*, Londres, Longmans Green.
- Zuurmond, Arre (1994), *The Infocracy. A Theoretical and Empirical Reorientation in Weber's Idealtype of the Rational Legal Bureaucracy in the Information Age*, The Hague, Phaedrus.